



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

## PROJETO PROFISSIONAL E DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA

Iolani Soares da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** o estudo resultou de uma pesquisa bibliográfica contemporânea dos anos 1990, quando se consolida o projeto ético-político do Serviço Social. Propôs-se a explorar a concepção dos projetos profissionais e a particularidade do projeto profissional do Serviço Social. Entendemos que, para além de uma elaboração cognitiva, os projetos fazem parte da vida social e indicam uma direção ética e política.

**Palavras-chave:** projeto profissional; dimensão ético-política; direção social estratégica; valoração ética.

**Abstract:** The study resulted from a contemporary bibliographical research of the 1990s, when the ethical-political project of Social Service was consolidated. It was proposed to explore the conception of professional projects and the particularity of the professional project of Social Work. We understand that, in addition to a cognitive elaboration, the projects are part of social life and indicate an ethical and political direction.

**Keywords:** professional project; ethical-political dimension; strategic social direction; ethical valuation.

### Introdução

O projeto profissional do Serviço Social se consolida nos anos 1990 a partir de um processo de construção que se inicia com o Movimento de Reconceituação e envolve a participação de profissionais, dos órgãos representativos da profissão e de vários intelectuais acadêmicos comprometidos com as lutas sociais. O projeto deixa explícita uma *direção social estratégica*, que se coaduna com duas dimensões: ética e política. A dimensão ética se relaciona à defesa de valores éticos, que, por sua própria natureza genérica, aponta para uma direção e entendimento de um novo ordenamento societário. A dimensão política reitera a perspectiva da determinação social do conhecimento e da intervenção social, os quais necessariamente se fundamentam do ponto de vista de classe. O projeto profissional do Serviço Social compromete-se com a classe trabalhadora, adotando, de acordo com a teoria marxiana, o único ponto de vista capaz de explicar e compreender os males e fenômenos sociais – na sua perspectiva ontológica.

O projeto ético-político profissional é, portanto, vinculado a um projeto societário que tem como horizonte o fim da dominação e exploração de classe, etnia e gênero. Um desafio para os dias atuais, que, na teoria social de Marx, exige inicialmente a apropriação e compreensão da concretude das relações sociais para, então, promover a sua transformação. Esse texto é, assim, uma contribuição nesse sentido, de forma que a

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Instituto Nacional do Seguro Social, E-mail: iolanisoares@gmail.com.

aproximação teórica do projeto profissional nos dê mais elementos para a sua contemporaneidade e realização.

### **A categoria projeto: pressupostos teórico-metodológicos gerais**

Para Lukács, o que diferencia o mundo dos homens do mundo da natureza é que todos os atos humanos são, necessariamente, mediados pela consciência. A forma peculiar e real do ser social permite-lhe a reflexão e a apreensão dos processos sociais da realidade que o circundam: a possibilidade de consciência de sua *ontologia* transforma-o em um ser capaz de intervir nas realidades social e natural de forma a criar sempre o *novo*. É a mediação ineliminável da consciência que promove o salto ontológico da distinção entre as duas esferas, pois “ao contrário da natureza, o ser social, por ser síntese de atos teleologicamente postos, tem por *médium e órgão da sua continuidade a consciência*, podendo por isso se reconhecer em sua própria história e se elevar ao seu ser-para-si” (LESSA, 1997, p.89).

Não sendo um mero epifenômeno no processo de gênese e desenvolvimento do ser social, a consciência desempenha seu papel envolvendo, simultaneamente, dois níveis: o ser em si e o ser para si. Na formação do *ser em si*, o ser social reconhece-se a si próprio como singularidade (com determinações individuais) e, do *ser para si*, percebe-se como constituinte e constitutivo de um gênero (com determinações universais). A consciência das determinações universais e singulares, com todas as possíveis gradações entre a ausência absoluta e a plena presença, para Lessa, “joga um papel nada desprezível na constituição da própria substancialidade social” (LESSA, 1997, p.89).

Evidentemente, aqui não é o espaço para discutirmos a questão da ausência/presença da consciência, ou mesmo da relação entre consciência e alienação, já que o nosso objetivo é apenas notar como o *pôr teleológico*, cuja origem está na consciência e é o fundamento de todo *projeto*, orienta as ações humanas.

No *pôr teleológico*, a capacidade peculiarmente humana de antever os resultados de sua ação na consciência é uma dimensão fundamental que sinaliza a diferença entre o mundo dos homens e a esfera da natureza. Isso significa que somente o ser social é capaz de operar abstrações, pois antes mesmo de ver construído o produto (objeto) de seus atos, já o tem idealizado na consciência. Marx, em *O Capital*, nos revela:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. A aranha realiza operações que se parecem com as do tecelão, a abelha faz corar de vergonha muitos arquitetos ao construir os seus favos de cera. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho emerge um resultado já presente no início na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1983, v. I, p. 149-50).

Segundo Lukács, não há ato humano que não seja teleologicamente orientado, isto

é, o ser social sempre age tendo uma finalidade a alcançar. Em verdade, *a prévia ideação antecede e dirige a ação humana*. Pela prévia ideação, “as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) *antes* que seja construído na prática (LESSA, 1997, p. 24). Consequentemente, o sujeito tem, sobre os atos que realiza, um *relativo controle* – esse controle é relativo e não total porque no processo de objetivação da prévia ideação ou teleologia interferem outros fatores *objetivos* que não puderam ser previstos pela consciência humana.

Assim sendo, podemos dizer que o *momento do planejamento*, apesar de circunscrito ao âmbito da subjetividade, possui uma existência tão *real* quanto o próprio *objeto* resultante do pôr teleológico constitutivo daquele planejamento. Da íntima interrelação que daí decorre entre objetividade e subjetividade, não se pode deduzir uma relação de identidade entre sujeito e objeto. Conforme Lessa (1997, p. 24),

Entre a consciência que operou a prévia-ideação e o objeto construído se interpõem duas relações fundamentais. A primeira delas é que sem a prévia-ideação esse objeto não poderia existir. (...) A segunda relação é [que] há uma efetiva distinção no plano do ser [entre a prévia-ideação e o objeto].

Noutras palavras, entre o sujeito da ação e o objeto (seu produto) há uma indissociável relação, formando o que chamamos de *unidade*. Esta unidade não se confunde, entretanto, com *identidade* (quando se considera os dois polos da ação humana – teleologia e causalidade posta – como idênticos), mas afirma-se na diversidade. A efetiva distinção no plano do ser significa que tanto o sujeito como o objeto, muito embora unidos, não perdem a sua legalidade própria – são ontologicamente distintos porque, primeiro, o *projeto originado na consciência circunscreve-se à esfera da subjetividade* e, segundo, *nunca é totalmente consubstancializado na prática*.

São também pelas determinações histórico-sociais concretas que o *projeto*, idealmente construído na mente do sujeito, nunca é, *em absoluto*, concretizado. Ou seja, a prévia ideação (subjetividade), ao ser objetivada ou transformada em um objeto socialmente posto, perde parte de sua originalidade em razão do que Lukács chama de *quantum de casualidade*. Dessa forma, são os fatores exógenos à vontade do sujeito que transformam o seu projeto original, idealizado em sua consciência. Nesse sentido,

O resultado nunca corresponde exatamente à finalidade. Isso tanto porque há um *quantum* de acaso inevitavelmente presente nas objetivações; como também devido ao fato de que, ao se inserir na realidade já existente, o novo objeto desencadeia nexos causais que jamais poderão ser previstos em sua totalidade. Um terceiro fator também atua nesse momento de diferenciação, pelo lado da exteriorização. Como toda objetivação é, na verdade, um conjunto de atos elementares, e como cada ato elementar transforma não apenas o ambiente, mas também o sujeito que o realiza, a individualidade que iniciou o processo de objetivação não é *exatamente* aquela que o termina: novas habilidades e conhecimentos foram adquiridos enquanto o processo era efetivado, e essas novas habilidades e conhecimentos são espontaneamente incorporados à prévia-ideação, adaptando-se às novas circunstâncias. Assim, ao ser finda uma objetivação, não apenas o resultado é distinto em algum grau da finalidade inicial, como também a individualidade e a própria finalidade foram sendo transformadas ao longo do processo, de acordo com

os resultados parciais a cada momento alcançados (LESSA, 1996, p. 13).

Na teoria lukacsiana, portanto, não há espaço para uma identidade entre sujeito e objeto por razões, como vimos, *ontológicas*.

Diante disso, resta-nos salientarmos um outro aspecto imprescindível ao esclarecimento sobre os projetos, qual seja: *a íntima ligação entre a teleologia e a causalidade é revelada pela inter-relação entre dois atos essenciais: a posição dos fins e a busca dos meios*. Noutro sentido, todo projeto, independentemente de qual natureza for, é constituído substancialmente por uma finalidade e um conjunto de meios – conjunto que compõe os mecanismos e/ou os instrumentos identificados pelo sujeito como necessários à consecução do fim de seus atos.

Todo ato humano é, assim, *dirigido* por uma finalidade e a realização dessa finalidade está condicionada a busca dos meios que a ela sejam coerentes. Entre esses dois elementos (meios e fins), presentes em todas as ações do ser social, há uma nítida unidade indissolúvel – não há como pensar um sem o outro.

Entretanto, o fato de a finalidade e os meios estarem articulados, serem *interdependentes* entre si, não significa que outros fatores deixem de interferir no processo de elaboração e execução de um projeto. Isso porque tanto o fim, para o qual se dirige a ação, como os meios são *social e historicamente determinados*.

Além desses dois atos essenciais – a posição dos fins e a busca dos meios – existem dois outros condicionantes imprescindíveis à objetivação dos projetos: o *conhecimento* e o *processo de valoração*. Eles influem *decisivamente* em todo pôr teleológico, mas de distintas maneiras. Em primeiro lugar, a realização de uma determinada finalidade é impensável sem o conhecimento do objeto de intervenção, tanto de seus aspectos singulares como de suas conexões externas. Em segundo lugar, sempre existe mais de uma possibilidade – isso de acordo com Lukács – para a efetivação dos fins de uma ação, o que permite ao sujeito escolher entre uma delas. A escolha entre possibilidades consiste no que Lukács chama de *processo de valoração*; e é neste processo que os valores, que são social e historicamente determinados, desempenham papel primordial.

O conhecimento requisitado para a execução do projeto não é um *conhecimento absoluto, perfeito*. Isto porque “o conhecimento necessário no desenvolvimento daquela atividade volta-se para a captura de traços da realidade, objetivamente fundados, dirigidos para fins imediatos” (COSTA, 1999, p. 34). A reprodução da realidade na consciência, para Lukács, não pode ser jamais cópia fotográfica, mecanicamente fiel, da realidade. Por isso, há uma nítida distinção no plano do ser entre o reflexo do real (conhecimento), que está no interior da consciência, e o próprio real, objetivamente existente. Na sua perspectiva,

Nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e – em sentido ontológico estrito – não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz, tanto menos idêntica a ela. Ao contrário, no plano ontológico o ser social se divide em dois momentos heterogêneos, verdadeiramente

opostos: o ser social e o seu reflexo na consciência. Essa dualidade é um fato fundamental do ser social (COSTA, 1999, p. 38).

Em curtas palavras, na perspectiva lucksiana, para a realização de determinada finalidade, posta como prévia ideação, e a busca dos meios a ela coerentes são necessários dois intervenientes: o conhecimento do objeto e de sua legalidade própria e a escolha entre *alternativas*.

No ato de produzir o novo, o homem faz escolhas e essas escolhas resultam de uma decisão frente às possíveis alternativas para cada situação concreta. Por esse meio a consciência pode transformar em ato a potencialidade elaborada como prévia ideação (COSTA, 1999, p. 39).

O ato que reúne as alternativas possíveis e as escolhas do sujeito é resultado da interação entre condições objetivas e subjetivas. A força da objetividade sobre o projeto é inegável: pode ser identificada na necessidade social (solo ontológico da construção dos projetos), no conhecimento acerca do objeto, nas possibilidades de escolhas e nos valores que as legitimam, dentre outros.

Por conseguinte, assim como as escolhas, o valor é uma construção social e histórica, peculiar ao mundo dos homens, e tem caráter objetivo,

Está ligado à legalidade imanente dos objetos e dos processos que se estabelecem na práxis do trabalho. Nessa relação todo ato de valorar tem determinações puramente sociais. As escolhas dos indivíduos ou grupos de indivíduos, em última instância, respondem a necessidades sociais ligadas ao campo da reprodução humana. Diante de situações concretas o sujeito toma decisões optando pelas alternativas às quais ele atribui um maior valor. Mas os atos reflexivos da consciência operantes no processo de decisão (certo ou errado, adequado ou inadequado, bom ou mau) são valorações intelectivas, provêm da atividade consciente e não da essência dos objetos naturais (COSTA, 1999, p. 42).

Por mais que as decisões acerca da finalidade e dos meios de um projeto sejam tomadas pelo sujeito (que pode ser uma ou mais pessoas), elas não são *em absoluto* determinadas pela sua consciência ou sua vontade. Os valores, que orientam e legitimam as escolhas, somente aparentemente se situam no plano singular (subjetivo), pois são construções sociais, próprios da práxis humana. Consequentemente, se as escolhas entre possibilidades de execução de um projeto são, sempre, orientadas por um ou mais valores, elas (as escolhas) não podem ser meros efeitos de uma vontade individual.

### **Tipologia dos projetos**

Até agora, vimos que *toda ação humana, seja ela individual ou coletiva, implica necessariamente a realização de um projeto*. Isto significa que os atos humanos são sempre orientados por um fim, envolvendo meios para a sua operacionalização e valores que o legitimam. Precisamos ainda fazer uma ressalva acerca da *razão de existência de um projeto*, pois é a partir dela que melhor construiremos uma tipologia de projetos.

Segundo a concepção materialista da história, as ações do ser social têm como solo fundante as necessidades. Em última instância, a finalidade de um determinado projeto, independentemente de sua natureza (individual ou coletivo), representa uma resposta a uma

ou mais *necessidades humanas*<sup>2</sup>. São elas que exigem uma ação/reação transformadora da realidade pelo ser social; e significam o motor de todo o processo sócio-histórico.

Desse modo, as necessidades individuais (de indivíduos singulares) engendram *projetos individuais*, e as necessidades sócio-coletivas (de grupos e classes diversos) requerem a construção de *projetos coletivos* para a sua satisfação.

Todo projeto, entretanto, tem em comum dois elementos básicos: tanto os projetos individuais como os projetos coletivos antes de serem objetivados são idealizados na consciência dos sujeitos que os constroem, isto é, são ideais a serem alcançados e por isso estão, primeiramente, no *plano das idéias* – estão no plano das idéias porque ainda não foram concretizados. Além disso, todos eles, são *orientados para um fim* ou, em termos mais claros, são construídos para a satisfação de diferentes necessidades.

Por outro lado, o que distingue um projeto individual de um projeto coletivo é, substancialmente, *o alcance desses projetos*. Enquanto o primeiro responde aos interesses do sujeito em sua singularidade, o segundo tem a capacidade de satisfazer as necessidades de um grupo de indivíduos, de classes sociais e, até, do conjunto da sociedade.

Não podemos deixar de esclarecer que essas diferenças entre os projetos não anulam a relação que há entre eles. Por isso, seria errôneo considerarmos que as necessidades individuais somente poderiam ser satisfeitas através de projetos individuais, pois não é possível precisarmos uma linha fronteira entre as necessidades individuais e as necessidades sociais e coletivas – e isso decorre da própria essencialidade do ser social que reúne determinações singulares e universais ao mesmo tempo. Pelas determinações sócio-históricas, as necessidades individuais também são necessidades sociais, o que permite que sejam satisfeitas pelos projetos coletivos. A articulação existente entre projeto individual e projeto coletivo, portanto, tem como protoforma o próprio *ser social*.

Uma análise mais detalhada acerca das indiscutíveis relações entre as necessidades individuais e sociais, bem como entre os diversos projetos, ultrapassa os objetivos deste artigo, porém é válido afirmar que *não se trata de se estabelecer nexos causais diretos* entre necessidades e projetos do ser social, antes compreendê-los em suas processualidades dinâmicas, tendo a *totalidade* como pressuposto de prioridade metodológica.

Dessa forma, a compreensão dos projetos coletivos passa pela consideração de seu vínculo com a sociedade e o processo de produção e reprodução social.

---

<sup>2</sup>Compreendemos que as necessidades humanas são intrínsecas a todos os homens e correspondem às condições (objetivas e subjetivas) imprescindíveis a sua sobrevivência pessoal e social, a sua realização e ao seu desenvolvimento no interior da sociedade. Para um melhor aprofundamento sobre o conceito de necessidade sugerimos a dissertação de mestrado de Fraga, P. A teoria das necessidades em Marx: da dialética do reconhecimento à analítica do ser social. Universidade de Campinas, 2006, e. Heller, A. *La teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ediciones 62, 1978.

O desenvolvimento do ser social, no contexto da ontologia lukacsiana, implica um processo de complexificação e diferenciação dos complexos sociais próprios da vida humana, gerando sempre novos e diversificados desafios ao processo de reprodução social em cada momento histórico. Lessa afirma que

Esse processo de diferenciação intensiva e extensiva não é apenas o resultado do processo do devir-humano dos homens, mas é uma necessidade para a sua continuidade. [Isto é,] o processo de diferenciação, de desenvolvimento dos momentos de não-identidade, tem, como fundamento último, uma necessidade em si unitária: a reprodução da vida humana tornada crescentemente social (LESSA, 1997, p. 69-70).

Assim, com a complexificação do ser social e de suas necessidades, há uma tendência, determinada historicamente, de multiplicação dos projetos coletivos. Se novas necessidades sociais surgem no processo de evolução (desenvolvimento) do ser social, simultaneamente, são engendradas propostas e projetos que visam atendê-las.

Conseqüentemente, o que peculiariza os projetos coletivos é o seu caráter abrangente, pois retratam as determinações de natureza coletiva (um grupo de indivíduos em relação), porém, se diferenciam por expressar interesses e necessidades diversas. Dentre os tipos de projetos coletivos, temos aos projetos societários e profissionais. Segundo José Paulo Netto (1999, p. 94),

Os projetos societários são projetos coletivos; mas o seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o *conjunto* da sociedade. Só eles apresentam essa característica; os outros projetos coletivos (...) não têm este nível de abrangência e inclusividade.

A natureza classista dos projetos coletivos societários é reconhecida por José Paulo Netto quando afirma:

Os projetos societários são, simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratando mais fortemente determinações de outra natureza (de gênero, culturais, étnicas, etárias etc.). Por isso mesmo, nos projetos societários (como, aliás, em todo projeto coletivo) há, necessariamente, uma *dimensão política*, envolvendo relações de poder (NETTO, 1999, p. 94).

O caráter de classe dos projetos societários, entretanto, não pode ser confundido com “a ideia de *um* projeto social popular, que se opõe a *um* projeto dominante” (IAMAMOTO, 1997, p. 127), pois que são várias as propostas e perspectivas situadas no cenário sócio-político das sociedades. Segundo Netto, o pluralismo de projetos societários é resultante da heterogeneidade de interesses, necessidades e perspectivas no interior das diferentes classes sociais, e depende de um contexto de democracia política para subsistir,

Compreende-se sem grandes dificuldades que a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política. (...). É apenas quando se conquistam e se garantem as liberdades políticas elementares (de expressão, de associação, de votar e ser votado etc.) que projetos societários distintos podem se confrontar e disputar a adesão dos membros da sociedade (NETTO, 1999, p. 94).

É importante ainda reconhecermos que, os projetos societários, assim como os demais tipos de projetos, são historicamente determinados: “constituem estruturas flexíveis e mutáveis: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e renovam-se

segundo as conjunturas históricas e políticas” (NETTO, 1999, p. 94). Mais uma vez, percebemos como a essencialidade do ser social, que é dinâmica e transformadora, determina o rumo dos processos sócio-históricos.

A diferença entre os projetos profissionais e os projetos societários está, como vimos, no nível de abrangência. Os projetos profissionais voltam-se às demandas das profissões e suas propostas não são macroscópicas (para o conjunto da sociedade), mas visam atender a interesses e necessidades de categorias profissionais, inscritas na divisão sócio-técnica do trabalho.

### **Projeto profissional: breves considerações**

A partir da ontologia lukacsiana, podemos entender que os projetos profissionais, assim como os demais tipos de projetos, articulam meios e finalidades. Essa articulação entre meios e fins nos projetos profissionais só pode ser entendida enquanto produto das determinações das necessidades e demandas sociais.

A posição dos fins nos projetos profissionais, a nosso ver, não pode ser desvinculada da inserção das profissões na divisão sócio-técnica do trabalho. Isto porque, enquanto complexos sociais, as profissões desempenham funções sociais específicas no processo de produção e reprodução social.

Nessa perspectiva, para cada fim se requer a escolha de meios coerentes a sua realização. Também nas profissões, o alcance de suas finalidades está condicionado à seleção de instrumentos e mecanismos que se coloquem como meios de concretização de seus fins. Essa seleção, como vimos, é determinada, em parte, pelo conhecimento que se tem acerca da realidade e, também, pelos valores, que são sociais. Por isso mesmo, o processo de construção dos projetos profissionais é impensável enquanto produto de atos singulares. Além disso, esse processo exige e requer a presença de um *sujeito coletivo*. Conforme Netto,

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – a respectiva categoria profissional, que inclui não apenas os profissionais de *campo*, mas que deve ser pensada como o conjunto dos intervenientes que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (organização que envolve os profissionais em atividade, as instituições que os formam, os pesquisadores, docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos e sindicais etc.) que uma categoria elabora o seu projeto profissional (NETTO, 1999, p. 95).

Os projetos profissionais desempenham uma função social específica no processo de constituição e legitimação das profissões diante do conjunto da sociedade, pois,

Apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, públicas e privadas (NETTO, 1999, p. 95)

A heterogeneidade e a pluralidade de perspectivas e interesses entre os profissionais e demais intervenientes da profissão fazem com que não exista um único, mas

uma diversidade de projetos diferentes. Eles se interrelacionam num âmbito de lutas pela hegemonia. Um projeto profissional tornar-se-á hegemônico à medida que conquista a adesão e o consentimento de muitos profissionais e a direção dos debates teórico-metodológico e ético-político da profissão, o que não anula a existência de outros projetos que ao hegemônico se contrapõem. A luta que se trava entre os diferentes projetos profissionais, através de grupos representantes, é “um verdadeiro confronto de ideias [que] só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por seu turno, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas” (NETTO, 1999, p. 96-97). Esse confronto atravessa o projeto profissional como um todo, isto é, as tensões e conflitos estão sempre presentes nos processos de discussão sobre as *questões teórico-metodológicas, técnico-operativas e a valoração ética*.

### **A dimensão política dos projetos profissionais**

A construção de um projeto profissional envolve, como nos referimos anteriormente, a articulação de meios e fins, na particularidade da profissão perante as requisições do mercado de trabalho. Entretanto, essas requisições têm como solo fundante a dinâmica da sociedade, as suas relações sociais. Numa sociedade capitalista, a dinâmica que a particulariza gera necessidades sociais contraditórias, e essa *contradição* é decisiva no processo de inserção das profissões no mercado de trabalho.

Muitas das profissões encontram-se no cerne dessas contradições: inserem-se nos processos de gerenciamento dos conflitos sociais. São, por isso, levadas a responder tanto às necessidades estritamente profissionais como aos interesses e às reivindicações das classes. Isso acontece porque “as alternativas profissionais não são gestadas exclusivamente no campo intraprofissional, pois elas estão intimamente articuladas e dependentes do processo histórico de nossas sociedades” (IAMAMOTO, 1997. p. 126).

Segundo Netto (1999), os projetos profissionais são simultaneamente projetos de classe. Por esta razão, as profissões, independentemente do vínculo (direto ou indireto) que possuem com o processo de gerenciamento e/ou administração da questão social, respondem em algum grau a interesses e necessidades de classe. Exatamente porque a divisão social e técnica do trabalho visa atender às necessidades sociais específicas da sociedade capitalista, as profissões desempenham funções voltadas à garantia do processo de produção e reprodução da ordem social vigente – e essa ordem social expressa, nada menos, que as determinações das classes.

Por conseguinte, os projetos profissionais não se limitam à organização e à regulamentação da prática profissional segundo as requisições institucionais e sociais, mas *as propostas e os valores que articulam refratam interesses e necessidades da sociedade e, portanto, das classes*. É aqui que acreditamos poder situar a dimensão política dos projetos

profissionais. Iamamoto, no clássico livro *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*, já afirmava:

Parece-me que aí está o cerne do debate sobre a dimensão política da prática profissional: *a relação da profissão com o poder de classe*. Decifrá-lo implica decifrar a complexa rede de relações de poder que hoje conforma a realidade brasileira, tanto aquelas que se articulam em torno do bloco no poder como aquelas que estão articuladas em torno das alianças das classes subalternas hegemônicas pela classe operária (IAMAMOTO, 1997. p. 122).

Nesse sentido, *os interesses profissionais, que orientam a constituição e a afirmação do projeto profissional, também manifestam interesses políticos* oriundos da estrutura de classes das sociedades capitalistas. Por isso mesmo, a construção dos projetos profissionais caminha paralela à defesa de um determinado projeto societário: vinculada à imagem de uma profissão há sempre uma imagem de sociedade.

Considerando que os interesses políticos no interior de uma sociedade capitalista são, necessariamente, contraditórios, o sujeito coletivo de uma dada profissão é compelido a fazer escolhas. Evidentemente, as opções (escolhas) políticas do sujeito coletivo não são resultantes unicamente de sua vontade – somam-se a ela, as determinações histórico-sociais e políticas. Assim, por mais que a dimensão política das escolhas dos profissionais seja negada, através do falso discurso da neutralidade, ela sempre se fará presente.

Por conseguinte, a dimensão política do projeto profissional relaciona-se com a sua inserção no *processo de defesa de interesses, necessidades e valores de classe*. A contradição no interior desse processo permite o seu desenvolvimento em diferentes direções: marcadas pela perspectiva conservadora e pela da transformação.

Somente para exemplificar, alguns projetos profissionais trazem em sua estrutura a opção por princípios que valorizam a livre iniciativa do mercado, como a competitividade, o dinamismo, a flexibilização, dentre outros. Não é muito difícil reconhecermos que o projeto societário intrínseco a esses projetos profissionais tem um caráter conservador no que se refere à relação entre as classes, pois mesmo propondo mudanças, essas mudanças não atingem o núcleo do sistema de dominação e exploração sociais. Na verdade, privilegiam-se os interesses e as necessidades da classe dominante.

Por outro lado, existem projetos profissionais que se comprometem com a defesa e a luta pela democratização da vida social, atribuindo a si próprios um caráter crítico frente as mudanças ocorridas nos espaços da produção e do político, e contrapondo-se à manutenção da ordem social estabelecida, às situações de dominação e opressão entre as classes. Esses projetos se orientam segundo a perspectiva transformadora: aliam-se à luta pela satisfação dos interesses e necessidades dos trabalhadores.

Nem sempre, entretanto, a dimensão política dos projetos profissionais é assumida (explícita) nas propostas e perspectivas da categoria profissional, configurando uma postura conservadora diante dos processos sociais vigentes.

Os projetos profissionais têm, igualmente, inelimináveis *dimensões políticas*, seja num sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja num sentido restrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Mas nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando elas apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas. (NETTTO, 1996, p. 96).

A negação da dimensão política dos projetos profissionais, de seu vínculo com os interesses políticos de determinada classe, está conectada aos pressupostos da neutralidade e da imparcialidade, próprios do conservadorismo. Não é impossível encontrar, nos tempos atuais, profissões que defendem uma postura neutra e imparcial diante das questões sócio-políticas da realidade, adotando um discurso preocupado com a eficiência e a eficácia de suas ações e com as tendências do mercado. Muito embora neguem a dimensão política de seus projetos, ela está implícita, exercem força material sobre suas práticas e, conseqüentemente, guiam-se pela perspectiva conservadora, isto é, pela manutenção do status quo - *das relações sociais* tal como estão estabelecidas.

Num movimento contrário a este, o Serviço Social orienta-se por uma direção social estratégica, que deixa explícito o seu compromisso com a construção de *novas relações sociais*.

## **Conclusões**

Para *garantir e preservar sua própria contemporaneidade, sua necessária conciliação com o tempo e a história presentes*, o Serviço Social construiu um projeto profissional de natureza ético-política, isto é, que se compromete com os interesses da classe trabalhadora e os valores humanos genéricos e que se solidariza com o processo de constituição dos sujeitos coletivos, autores da história.

Esse projeto profissional teve suas origens nos anos 1970, com a emergência da perspectiva de *intenção de ruptura*. A crise do regime autocrático burguês, a politização da sociedade e o espraiamento do marxismo permitiram ao Serviço Social renovar as concepções acerca dos fundamentos da realidade social e de seu próprio papel na sociedade. Essa renovação teórica, no entanto, não esteve isenta de equívocos, principalmente no que se refere à sistematização de uma *reflexão ética*.

O protagonismo da *intenção de ruptura* nos anos 1980 avança para a superação dos pressupostos conservadores da prática profissional do Serviço Social, além de se comprometer com valores, compromete-se com uma classe: a classe trabalhadora, o que promove e favorece o desvelamento intelectual do *caráter contraditório* das relações sociais nos marcos do capitalismo.

Na entrada dos anos 1990, portanto, o projeto profissional do Serviço Social explicita uma *direção social*, comprometendo-se com a construção de uma nova ordem societária, livre dos fundamentos da ordem burguesa capitalista.

A possibilidade histórica da ultrapassagem do capitalismo está dada na *condição de sujeito* dos indivíduos, isto é, na sua capacidade de organizarem-se em torno de projetos de transformação. Por isso mesmo, a *constituição de sujeitos políticos coletivos* é uma tarefa contemporânea necessária à realização do projeto societário, que tem a finalidade de superar a sociedade capitalista e instaurar novos tempos mais justos, mais humanos, mais solidários.

## REFERÊNCIAS

COSTA, G. M. *Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács*. Tese de Mestrado, UFPE, 1999.

FRAGA, P. *A teoria das necessidades em Marx: da dialética do reconhecimento à analítica do ser social*. Campinas, UNICAMP, 2006. Disponível em [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/278939/1/Fraga\\_PauloDenisarVascancelos\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/278939/1/Fraga_PauloDenisarVascancelos_M.pdf) . Acesso em: 25 fev. 2019.

IAMAMOTO, M. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. SP: Cortez, 1997.

LESSA, S.. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº. 52, São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. *A ontologia de Lukács*. Maceió, Edufal, 1997.

MARX, K. *O Capital*. Volume I, Editora Abril Cultural, SP, 1983.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CEAD – Unb, 1999.